

Domésticos, servos e criados: trabalho doméstico no Recife de meados do século 19

Tatiana Silva de Lima

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da UFPE.
e-mail: tatiana_lima_7@hotmail.com

Resumo: A abrangência e a importância do trabalho doméstico no Recife de meados do século 19 são registradas pela historiografia e pela documentação pesquisada. A partir da historiografia percebemos a importância de refletirmos sobre as nuances e historicidades próprias desta forma de trabalho. Os testemunhos dos contemporâneos oferecem indícios de que as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) exerciam múltiplas funções, também lucrativas, tanto nas casas como nas ruas. Havia uma fronteira muito tênue entre o que denominamos de trabalho doméstico, de pequena produção em estabelecimentos comerciais e de trabalho domiciliar. E mais: as pessoas chamadas de domésticas, servos e criados podiam ser na realidade agregadas livres, concubinas e filhas ilegítimas direcionadas ao trabalho.

Palavras-chave: 1. fronteiras do trabalho. 2. trabalho doméstico. 3. Recife no séc. 19.

O mundo do trabalho é diverso, multifacetado, melhor seria dizer mesmo: os mundos do trabalho. Mas nem sempre isso foi ponto pacífico na historiografia. A face do(a) trabalhador(a) escravo(a), por exemplo, começou a ganhar contornos dentro da história do trabalho no Brasil não faz tanto tempo.

Alertou-nos sobre esse “lapso” Silvia Hunold Lara, na década de 1990, ao destacar que a história social do trabalho no Brasil vinha sendo identificada com a história do trabalho livre assalariado. Era como se até o final do século 19 não houvesse existido trabalhadores, mas apenas seres coisificados, ou seja, escravos, que passavam a ser substituídos pelos trabalhadores livres brancos e imigrantes. Esse período foi caracterizado como “de transição”, da “formação do mercado do trabalho livre”¹ (LARA, 1998, p. 25-38). Tais ideias encerram pelo menos duas problemáticas: a não-figuração do trabalhador escravo e a falta de reflexão sobre os múltiplos significados e experiências de liberdade e de trabalho livre durante a própria escravidão.

Se fôssemos traçar os desenhos de uma historiografia do trabalho doméstico, o quadro não teria cores diferentes. E mais: deveríamos acrescentar o silêncio que as “história/historiografia” quiseram imprimir sobre as mulheres, já que o trabalho doméstico no Brasil do século 19 foi campo de atuação, sobretudo dessas personagens.

Estudos vêm sendo realizados na correnteza contrária. Em se tratando da história do trabalho doméstico no Brasil especificamente, o contexto é favorável nos âmbitos nacional e local desde o final dos anos 1980. No entanto, é importante frisar que obras

¹ Sobre esta historiografia, são exemplos: Caio Prado Junior, em *História Econômica do Brasil* (1945), Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), Théó A. Santiago organizando *América colonial* (1975), Paulo Sergio Pinheiro organizando *Trabalho escravo, economia e sociedade* (1984).

clássicas foram pontuais no desenvolvimento do tema aqui tratado, a saber: *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr., e *Da senzala à colônia* (1966) de Emília Viotti.

Em que pese a importância das obras de Freyre e Caio Prado, e guardadas as devidas diferenças entre as interpretações e perspectivas dos dois – um culturalista e o outro marxista, as imagens difundidas pelos mesmos reforçam ideias de índole brasileira, de moleza, inércia, mansidão, passividade (CARNEIRO, 2001, p. 37), ideias de que as mulheres conquistam pelo estômago e que as contribuições culturais africanas restringiram-se à culinária, à sensualidade, entre outras. No mesmo sentido, Emília Viotti ratificou estereótipos, a exemplo da promiscuidade sexual escrava, da desorganização familiar – ao tomar a família burguesa de inspiração europeia como parâmetro.

Não podemos também deixar de mencionar a produção de estudos nas ciências humanas, como a sociologia, a psicologia e economia, a respeito do trabalho doméstico, tão profícua entre os anos 1970 e 1980. Tomando o pensamento marxista e o movimento feminista como referências teóricas, esses estudos questionaram se o trabalho doméstico é ou não produtivo, discutindo conceitos como mais-valia, modo-de-produção e trabalho produtivo/improdutivo (FERREIRA, 2000, p. 129-144).

Para perscrutarmos os significados do trabalho doméstico segundo a historiografia recente e específica sobre o tema, acreditamos ser pertinente lançarmos algumas questões: quem eram os(as) trabalhadores(as) domésticos(as)? Quais atividades desempenhavam? Como as desempenhavam? Como se relacionavam com os seus senhores(as), patronos(as) e patrões/patroas? Quais eram as representações construídas a respeito de tais trabalhadoras(es)?

De acordo com a historiografia, notadamente referente ao século 19, o trabalho doméstico no Brasil era campo de atuação sobretudo das mulheres; a maioria dos estudos toma tais sujeitos como personagens centrais. Elas desempenhavam um sem-número de atividades como mucamas, amas de leite e de criação, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, muitas vezes exercendo outras atividades lucrativas nas ruas (GRAHAM, 1992; MACEDO, 1998; COLLINS, 1999; KARASCH, 2000; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; PEREIRA, 2005; CUNHA, 2007; BRITO, 2008).

Não obstante, alguns historiadores pesquisaram as ocupações dos homens no domínio doméstico (MATOS, 2002; COSTA, 2007). Maria Izilda Matos refletiu sobre a singularidade do cotidiano no domicílio nas cidades de São Paulo e Santos entre 1890 e 1930. Essa historiadora destacou as ocupações dos homens no trabalho doméstico – criados, jardineiros, cocheiros, faxineiros, “cuidadores” de hortaliças, frutas e animais; eles ficavam com os serviços no entorno da casa e as mulheres com os serviços “de portas adentro” (MATOS, 2002). Maria Inês de Oliveira, estudando Salvador de 1790 a 1890, acrescentou outras pessoas que se ocupavam das tarefas mais degradantes e penosas de uma casa: os aguadeiros, os despejadores de dejetos – homens, geralmente velhos, enfermos e crianças (OLIVEIRA, 1988).

Escravas(os), notadamente, além de livres e libertas(os) podiam exercer atividades nas residências. Mas a partir de meados do século 19, a restrição da oferta de escravas(os) e o discurso civilizador, racista e depois higienizador, contribuíram para aumentar lentamente as oportunidades de emprego para as(os) livres e libertas(os), em detrimento das(os) escravas(os) (GRAHAM, 1992; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004).

Sobre a quantidade de criados(as) nas casas do Recife, na falta de pesquisas em inventários, é lugar-comum citar o francês Tollenare, que viveu no Recife nos anos de 1816 e 1817: “Todo o serviço doméstico é feito por escravos. São precisos muitos para o serviço de uma casa decente; pelo menos dez ou doze.” (TOLLENARE, 1978, p. 201) (Ver também: CARVALHO, 2003; SILVA, 2004).

As pessoas que trabalhavam nas residências podiam também ser concubinas ou prostitutas e ainda filhas ilegítimas de senhores/patronos/patrões (KARASCH, 2000; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; PEREIRA, 2005; CUNHA, 2007; BRITO, 2008). Vem de B. J. Barickman uma importante chave interpretativa sobre as relações familiares e de parentesco. Este historiador, pesquisando a lista nominativa de Santiago do Iguape em

1835, no Recôncavo Bahiano, enfatizou que, pelo menos para o local, domésticos podiam equivaler a agregados livres, filhos ilegítimos, concubinas, e não necessariamente a empregados domésticos como pensamos atualmente. Ele ainda descreveu como se imbricavam os sentidos de fogo, casa e família, e como esta possuía um sentido de rede de parentesco ou de grupo doméstico censitário (BARICKMAN, 2003).

O trabalho era extenuante para os(as) serviçais, muitas vezes eles acumulavam atividades econômicas na rua, como era o caso das vendeiras e das lavadeiras, configurando verdadeiros arranjos de trabalho. Muitos escravos(as) eram alugados(as) para tais serviços, e alguns se inseriam neste mercado como escravos(as) de ganho. (OLIVEIRA, 1988; KARASCH, 2000; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; PEREIRA, 2005; CUNHA, 2007; BRITO, 2008). Mesmo entre as(os) criadas(os) que não desempenhavam atividades lucrativas “portas fora”, existiam algumas pessoas que precisavam sair às ruas para fazer mandados, comprar mercadorias, levar recados, quando não havia uma pessoa ocupada especialmente dessas tarefas.

A observação de que no trabalho doméstico havia uma tensa relação entre casa e rua amplia o número dos(as) trabalhadores(as) que podem ser identificados como “da casa”, compondo um grande grupo. Estas características também colocam em jogo uma interpretação tradicional do escravo doméstico, segundo a qual o proprietário usa e se apropria integralmente do produto do seu trabalho assumindo os gastos de sua manutenção (OLIVEIRA, 1988).

A historiografia também diferencia trabalho doméstico e trabalho domiciliar. Segundo Maria Izilda Matos:

Trabalho domiciliar deve ser entendido como aquele realizado na habitação do trabalhador, por encomenda da empresa ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de uma tarefa parcial do processo produtivo, último elo da cadeia produtiva, cujo pagamento era feito geralmente por peça. (...) Essas instâncias de organização da produção configuravam-se como alternativas de emprego particularmente importantes para as mulheres de setores populares, por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado (MATOS, 2002, p. 90-91).

As relações entre as personagens aqui tratadas se constituíam a partir da gramática patriarcal e da noção de honra. O espaço público era uma construção masculina nos oitocentos, mesmo sofrendo mudanças ainda na primeira metade deste século. As mulheres que queriam ter respeitabilidade evitavam a rua; até para uma mulher dos grupos populares era melhor trabalhar em “casa de família” do que ser vendeira (CARVALHO, 2003, p. 52-56). Pelo menos na idealização do comportamento, o lugar natural da mulher era o privado, reclusa dentro da casa, daí a feminilização da domesticidade (CUNHA, 2007). Nesta perspectiva, as criadas sofriam um grande controle, deviam ser morigeradas (ter bons costumes e vida exemplar), asseadas, subservientes, trabalhadoras e fiéis. Sofriam também assédio e violência física e sexual.

Mas muitas delas resistiam, abertamente ou subliminarmente: fugiam, davam prejuízo aos(às) seus(suas) superiores(as), assassinavam estes/estas ou seus familiares (CARVALHO, 1998; COLLINS, 1999; SILVA, 2004; LIMA, 2004). Nesse sentido, ficavam em relevo os “arruados” da casa, quando este lugar transita da representação de segurança e estabilidade, para ser representado como o lugar da violência, podendo a rua passar da noção de suspeição, imprevisibilidade, sujeira e perigo para a ideia de acolhimento/proteção (DAMATTA, 1984, p. 203).

Durante muito tempo, a imagem dos criados seria associada à de um intruso necessário, mas perigoso, que poderia corromper a família, ao trazer vicissitudes do ambiente público, contaminado pelos costumes pouco civilizados das camadas populares (MAIA, 1999).

Em parte, os historiadores passam ao largo de algumas nuances sobre como os contemporâneos do século 19 significavam e viviam o trabalho doméstico. Em certa

medida, eles resolvem um emaranhado de ideias e experiências estabelecendo categorias influenciadas pela história do presente.

Trabalho doméstico no Recife de meados do século 19: algumas questões e interpretações

Na primeira metade do século 19, o Recife passou por um processo de crescimento populacional. O censo de 1828 estimou 25.678 habitantes para o centro urbano – formado pelos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, sendo 7.935 escravos (31%) e 17.743 livres e libertos (69%) (CARVALHO, 1998, p. 41-91). De acordo com o censo publicado em 1856, já viviam 40.977 habitantes no centro urbano da cidade (bairros do Recife, Santo Antônio/São José e Boa Vista), dos 60 a 70 mil habitantes (FIGUEIRA DE MELLO, 1979, p. 283) da cidade do Recife como um todo. Dos que viviam no centro, cerca de 33.270 eram livres e libertos (80%) e 7.707, escravos (20%). O crescimento da população deveu-se ao aumento do número de livres e forros, com uma pequena diminuição dos cativos, que ocorreu a partir do fluxo de imigrantes do interior mais próximo de Pernambuco para o centro do Recife. Por esta mesma época, havia mais de 5.500 casas nos bairros centrais (FIGUEIRA DE MELLO, *Op. Cit.*, p. 283).

Estas casas ofereciam muito trabalho. Os anúncios que seguem indicam parte da diversidade destes serviços e dos arranjos entre várias atividades que uma mesma pessoa podia exercer:

Uma negra sem cria, e com bom leite: quem pretender annuncie (*Diário de Pernambuco* (Recife), 02/01/1837).

Na rua das Cruzes n. 22, segundo andar, vende-se uma escrava parda de 26 annos, com habilidades; uma linda crioula de 22 annos, com habilidades; 4 ditas de nação de 20 a 24 annos, que cozinham, lavam de sabão e são quintandeiras; uma linda negrinha de 12 annos, optima para ser educada (...) (*Diário de Pernambuco* (Recife), 21/01/1851).

Um moleque de 18 a 21 annos, bom official de sapateiro, próprio para todo o serviço, até mesmo para pagem; na rua do Palacete, casa visinha a de Francisco Gonçalves do Cabo (*Diário de Pernambuco* (Recife), 21/01/1837).

Quem precisar de um homem forro para pagem ou criado de sala, annuncie por esta folha (*Diário de Pernambuco* (Recife), 20/01/1851).

Offerece-se um homem Portuguez para feitor de algum sitio, o qual entende de plantações e de jardim, também entende de bolieiro, quem pretender dirija-se a ponte do Remédio, venda de Manoel Lemos, que ahi achará com quem tratar (*Diário de Pernambuco* (Recife), 22/01/1851).

Henry Koster, que se tornou lavrador de cana de açúcar em Pernambuco no início do século 19, destacou inclusive que “os jardineiros são principalmente, portugueses das províncias da mãe pátria” (KOSTER, 1978, p. 362).

O trabalho doméstico era um dos maiores empregadores no Recife do 19. Num estudo sobre a escravidão de pequeno porte no Recife dos oitocentos, o economista Antônio Pessoa Nunes Neto analisou uma amostra de 523 inventários do Recife entre 1800 e 1887, abordando os que declararam um plantel de 1 a 5 escravos. Estes perfizeram o total de 289 inventários, que indicaram 867 escravos, sendo 422 homens e 445 mulheres. O número médio de escravos nos locais de pequeno plantel não chegou a 3 cativos, indo para 5 se considerarmos todos os inventários (NUNES NETO, 2005).

Um dos aspectos a ser destacado é que a metade dos escravos com atividades descritas era do serviço de casa. Se considerarmos que a(o) cativa(o) acumulava tarefas, este número pode aumentar com alguns declarados dos serviços de rua e de ganho, por

exemplo. O universo também pode ficar maior se considerarmos alguns cativos que não tiveram seus ofícios identificados (NUNES NETO, 2005).

Outra questão a ser refletida está relacionada ao número de escravos criados que o francês Tollenare apontou existir nas casas “decentes” no Recife no começo do século, de 10 a 12 pelo menos. Segundo o estudo do economista supracitado, mais da metade da amostra de inventários do Recife oitocentista indicam que os(as) senhores(as) possuíam de 1 a 5 escravos. Os 234 inventários restantes declararam mais de 1.300 cativos, perfazendo cerca de 6 escravos por inventariado. Dividindo sua amostra por períodos² com o intuito de refletir a respeito da estrutura da riqueza dos inventariados, o autor comenta ainda que houve uma tendência de declínio da posse de cativos de maneira geral. E para corroborar com esta interpretação, destacamos o inglês Henry Koster, quando escreveu haver um grande número de pessoas com poucos escravos no Recife (KOSTER, 1978, p. 411).

Mesmo se Tollenare estivesse exagerando, sobretudo quanto à recorrência da grande propriedade de escravos criados, havia mesmo pessoas que dispunham de muitos escravos domésticos, como um comerciante inglês de grosso trato com cerca de 18 em 1848. Mas certamente, o comentário do francês guarda significados mais profundos, como o próprio indicou ao destacar a dificuldade da obtenção de um criado por ser vergonhoso vender um negro de casa. Estudos têm analisado que possuir escravos significava status (OLIVEIRA, 1988; CARVALHO, 1998; SILVA, 2000). Ter escravos(as) serviçais fazia parte dos hábitos suntuários do patriarcado urbano.

Não obstante, cativos classificados “do serviço de casa” não trabalhavam apenas nas casas de morada, mas também nos negócios dos seus donos, “partilhando com eles o produto de seu trabalho diário” (KOSTER, 1978, p. 411). Este foi o caso de José Joaquim de Abreu, dono de uma loja de secos e molhados no bairro do Recife na década de 1830. O comerciante possuía 5 escravos: o padeiro Pedro Crioulo (34 anos); Paulina Parda, do serviço de costura (24 anos); o sapateiro Silvério Crioulo (22 anos); Antônio Benguela, do serviço da rua (50 anos); e Maria Benguela, do serviço de casa (32 anos). Todos trabalhavam com o senhor na loja, que possuía um comércio de pães com produção diária pequena (NUNES NETO, 2005, p. 223).

Os viajantes não se cansaram de destacar os muitos doces, bolos e biscoitos que havia no Recife (GRAHAM, 1956; KOSTER, 1978). Em praticamente todas as casas que eles foram Província adentro, encontraram guloseimas. Assim descreveu Koster a recepção em uma casa de um rico mercador: “Fomos recebidos pela dona da casa, e seu esposo apareceu logo após. Foram excessivamente gentis e mandaram servir doce” (KOSTER, 1978, p. 39).

Existiam muitos estabelecimentos de comércio no Recife a serem abastecidos: só no ramo de produtos alimentares a varejo havia muitas lojas de secos e molhados e quitandas; só de botequins e tavernas existiam em média 516 em 1851, e 415 em 1860; as padarias e confeitarias eram maioria entre os estabelecimentos de pequena produção para o comércio, cerca de 61 em 1851 e 80, em 1860 (ZANCHETTI, 1989, p. 275 - 289).

Maria Graham, que esteve no Recife no início dos anos 1820, legou-nos informações sobre os sobrados dos bairros centrais, ajudando-nos a entender a dinâmica nos seus interiores:

As casas são de três ou quatro andares, feitas de pedra clara e são todas caiadas, com as molduras das portas e janelas de pedra parda. O andar térreo consiste em lojas ou alojamentos para negros ou cavalariças, o andar de cima é geralmente adequado para escritórios e armazéns. Os apartamentos para residência são mais acima, ficando a cozinha geralmente no alto. Por este meio a parte inferior da casa conserva-se fresca (GRAHAM, 1956, p. 112).

² 1800-1830; 1831-1850; 1851-1887.

Em meados dos oitocentos, a estrutura dos sobrados nos bairros centrais não havia mudado muito, como deduzimos de descrições parecidas deixadas pelo reverendo Daniel Kidder nas décadas de 1830 e 1840 (SOUTO MAIOR e DANTAS SILVA, 1992, p. 150). Nesta perspectiva, não era de se estranhar que nestes sobrados cativas(os), libertas(os) e livres desempenhassem funções tanto nas lojas comerciais como nos “apartamentos para residência”. Certamente esta distinção não era tão clara na época. Assim, devia ser muito tênue a linha divisória entre o que identificamos hoje como trabalho doméstico, trabalho de pequena produção em estabelecimentos comerciais e, em certa medida, o que Maria Izilda Matos denominou de trabalho domiciliar.

Nesta perspectiva, vale colocar em relevo o anúncio que destaca as inúmeras habilidades de:

Uma escrava de nação de 16 a 18 annos, vistosa, cose, engoma, veste, e prega uma Senhora, cosinha, faz “fiambres”, pudins, pão de ló, entende de todas as qualidades de massas para diferentes bolinhos, é do serviço interno de uma casa, e nunca servio em outra, afiança-se não ter vicio algum; e prefere-se a venda para fora da praça: na rua de S. Bento em Olinda n. 24 (*Diário de Pernambuco* (Recife), 10/01/1837).

Os documentos “são construções que atendem a um propósito determinado, que obedecem a certos códigos e assim por diante (...) mas todos podem ser utilizados na construção de uma imagem crítica (objetiva) de uma dada sociedade” (GINSBURG, apud DABAT, 2007, p. 137). Esta concepção também se aplica à literatura. Vem de Aluísio de Azevedo, no romance *O cortiço*, uma expressão dos complexos arranjos e formas de trabalho, somados a relações amorosas. A personagem Bertoleza

representava (...) ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre; às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço, para os trabalhadores de uma pedreira que havia para além de um grande capinzal aos fundos da venda. Varria a casa, cozinhas, vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado lá por fora; fazia a sua quitanda durante o dia no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se para a porta da venda, e, defronte de um fogareiro de barro, fritava figado e frigia sardinhas, que Romão ia pela manhã, em mangas de camisa, de tamancos e sem meias, comprar à praia do Peixe. E o demônio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e consertar, além da sua, a roupa de seu homem (...) (AZEVEDO, 1997, p. 17).

Parece que havia outra fronteira indefinida no universo doméstico. Koster comentou que a criança abandonada nas portas das residências ricas da cidade “é quase invariavelmente sustentada, e criada entre os filhos da casa (se a cor não é completamente escura a admitem nesse meio), certamente como um doméstico, mas não como servo, e mesmo a negrura de sua tez não a afasta de ser instruída entre os meninos brancos” (KOSTER, 1978, p. 376). O inglês aproximou doméstico do sentido analisado por Barickman, agregado livre. E de fato, a criança abandonada era considerada livre. Por outro lado, Koster desconectou doméstico do sentido de servo.

No entanto, estudos têm argumentado que as crianças dos grupos subalternos (cativas, libertas, livres pobres) tiveram experiências muito parecidas no Brasil escravista. Comumente, trabalhadores(as) domésticos(as) eram denominados(as) de “criados(as)” pelo fato de muitos(as) chegarem à casa do(a) empregador(a) bem pequenos(as), “usufruindo durante alguns anos um status um tanto ambíguo que variava entre o de criança engraçadinha e o de serviçal” (FONSECA, 2002, p. 35).

A circulação também permeava a vida das crianças pobres no geral, muitas vezes sendo criadas longe dos seus progenitores. No caso das crianças abandonadas nas Casas dos Expostos, elas eram cuidadas por amas de leite e de criação até os 7 anos, podendo ter várias amas. A partir desta idade as meninas ingressavam no Colégio das Órfãs, se ninguém as adotasse. Neste local aprendiam as primeiras letras, história do Brasil, doutrina cristã, atividades domésticas, entre outras disciplinas, para ingressarem no mercado de trabalho doméstico ou para se casarem (MILANICH, 2001; FONSECA, 2002; NASCIMENTO, 2008; BRITO, 2008). Estas e outras meninas também podiam se tornar concubinas e/ou sofrer todo tipo de violência e assédio sexual nas residências onde trabalhavam (VASCONCELOS: 2007; COSTA, 2007). Comentando sobre o serviço doméstico no Recife oitocentista, Tollenare disparou: “Encontra-se para alugar negras e mulatas livres; mas, são antes concubinas do que criadas” (TOLLENARE, 1978, p. 201).

Para entendermos os mecanismos de controle e exploração no trabalho doméstico, é pertinente lançarmos mão do gênero, que tem sido a abordagem usada para teorizar a questão da diferença sexual. O gênero é uma maneira de analisar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. A compreensão seja da mulher ou do homem advém de estudos que os considerem conjuntamente, de forma relacional. Do mesmo modo, a abordagem de gênero deve estar ligada às categorias de raça, classe ou etnia (SCOTT, 1996; ver também: HARAWAY, 2004; BUTLER, 2006).

É bem corrente a expressão cria da casa, nascida e criada na casa, em cartas de alforria para denominar a(o) alforriada(o), certamente filha(o) ilegítima(o) das escravas com seus senhores (LIMA, 2004). No entanto, o código moral do século 19 não incentivava o reconhecimento explícito destas filiações. Numa amostra de 456 alforriados no Recife das décadas de 1840 e 1850, apenas uma forra teve sua paternidade declaradamente reconhecida pelo pai e senhor. Em 1856, Ângelo de Albuquerque registrava a carta de liberdade da “crioula” Felippa, que havia sido concedida em 1833 na Matriz de Nossa Senhora da Luz. Segundo o proprietário, ele alforriava a cativa “pelo amor de Deus, e pela reconhecer sempre por filha minha, havida por fragilidade humana da escrava Micaela do dito meu pai, a qual de hoje para sempre poderá gozar de sua liberdade (...)”³. A paternidade foi tratada com culpa, circunscrita à fragilidade humana, mas fragilidade de Micaela, que era mulher e escrava (LIMA, 2004).

Desta e de outras maneiras, famílias dos grupos subalternos, notadamente matrifocais, envolviam-se com o trabalho doméstico, pois um código cultural era legado de geração a geração. Assim, no Recife de 1853, Anna, filha da escrava Severina, certamente continuaria a história da sua mãe, pois Rita Cezaria d’Azevedo concedeu a alforria de Anna: “cuja mulatinha pela amizade que lhe tenho em razão de a ter creado, pela presente lhe dou liberdade com a condição de me acompanhar e me servir em quanto eu viver (...)”⁴.

Da mesma forma, podemos observar os membros de uma família matrifocal mais extensa com várias habilidades correlacionadas:

Preciza-se de 1000 \$ de rs. a premio de um por cento com hipoteca em quatro escravas, uma crioula, cosinheira, e coze xão, idade 35 annos, uma filha da dita cabra, costureira, e engomadeira, rendeira, de idade 17 annos, próxima a parir, uma moleca de 11 annos, que já faz todo serviço de casa, e outra de 7 annos, por tempo de 9 mezes, e não sendo remidas ficar vendidas pelo mesmo preço: quem quiser declare sua morada para ser procurada, no espaço de trez dias (*Diário de Pernambuco* (Recife), 12/01/1837).

Em se tratando das famílias escravas, para alguns autores elas instituíam a paz nas senzalas e para outros expressavam a resistência cativa (FLORENTINO e GÓES, 1997;

³ Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d’Almeida (Recife) 03, n. 39, fl. 229, 25/01/1856.

⁴ Livro de Escrituras de Notas de Liberdade de Escravos, n. 48, Recife, fl. 34 v, 15/12/1853.

MATTOS, 1998; SLENES, 1999). Mas era pontual o envolvimento destas famílias com as famílias patriarcais urbanas, tornando as relações e hierarquias sociais no mundo do trabalho muito complexas.

O domínio do trabalho doméstico no Recife de meados do século 19 apresentava muitas nuances e historicidades próprias. Em Pernambuco, desde a década de 1840 os traficantes diminuíram a importação ilegal de escravos por causa da reserva de mão de obra livre e liberta existente no interior da província. Assim, o processo de “passagem” do trabalho escravo para o livre em Pernambuco começou antes mesmo da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu em definitivo o tráfico internacional de escravos a partir de 1850 (CARVALHO, 1998, p. 143-153).

Em grande parte, esta reserva de mão de obra migrou para a capital durante a primeira metade dos oitocentos. Nesta conjuntura, o mundo do trabalho ganhou uma nova dinâmica, experimentando transformações e continuidades. As relações de trabalho se construíram a partir das mudanças oriundas do crescimento demográfico e de parâmetros culturais enraizados, notadamente a escravidão e as outras formas de exploração e controle sobre as pessoas.

São significativas as proximidades dos nossos dias com um passado longínquo no que se refere ao tema deste artigo, mas as diferenças e especificidades são pontuais. O que entendemos por trabalho doméstico hoje não se constituía uma verdade no Recife de meados do século 19. As fronteiras entre tipos e relações de trabalho eram indefinidas/intercambiáveis no início do processo da abolição oficial da escravatura. O mundo do trabalho doméstico conjugava múltiplas ideias e experiências, aproximando escravos(os), livres e libertos(as). Um(a) serviçal podia desempenhar múltiplas funções ao mesmo tempo, inclusive lucrativas – na rua, no negócio do(a) seu(sua) superior(a). Quem vivia neste universo, e era chamado(a) de doméstico(a), servo(a), criado(a) ou cria da casa, podia ser também um(a) agregado(a) livre, uma concubina ou um(a) filho(a) ilegítimo(a), todos(as) ou quase todos(as) impelidos(as) ao trabalho.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d’Almeida (Recife) 03, n. 39, fl. 229, 25/01/1856.

Livro de Escrituras de Notas de Liberdade de Escravos, n. 48, Recife, fl. 34 v, 15/12/1853.

Fontes impressas

Diário de Pernambuco (Recife): 02/01/1837; 10/01/1837; 12/01/1837; 21/01/1837; 20/01/1851; 21/01/1851; 22/01/1851.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852. Reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. Trad. e notas Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Coleção Pernambucana. Vol. XVII. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura: 1978.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana v. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

Livros e artigos

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 31. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BRITO, Rose Kelly. Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850). NASCIMENTO, Alcileide e GRILLO, Maria Ângela (org.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 19-212.

BUTLER, Judith. Regulaciones de Género. *Revista de estudios de género*. La ventana, Universidad de Guadalajara. Guadalajara, México, n. 23, p. 7-35, 2006.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procuram-se amas-de-leite na historiografia da escravidão: da “suavidade do leite preto” ao “fardo” dos homens brancos. *Em tempos de histórias: Revista dos alunos da pós-graduação da UnB*. Brasília, v. 5, n. 5, p. 29 – 63, 2001.

CARVALHO, Marcus. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. da UFPE, 1998.

_____. De portas adentro e de portas fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, 29/30, p. 41-78, 2003.

COLLINS, Jane-Marie. Slavery, Subversion and Subalternity: Gender and Violent Resistance in Nineteenth-Century Bahia, in: OLIVEIRA, Solange Ribeiro de & STILL, Judith (org.). *Brazilian Feminists*. Nottingham: The University of Nottingham, 1999. p. 34 – 56.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

COSTA, Robson. Os germes da perversidade: infância e juventude escrava em Pernambuco, 1871-1888. MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emilia (org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 51-68.

CUNHA, Olívia M. G. da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. CUNHA, Olívia M. G. da & GOMES, Flávio dos S. (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 377-417.

DABAT, Christine R. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. da UFPE, 2007.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

_____. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. Do silêncio ao preconceito: a (des)caracterização do emprego doméstico no pensamento acadêmico. *História & Perspectiva*. Uberlândia, (23), 129-144, jul./dez. 2000.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 12. ed. brasileira, 13. ed. em língua portuguesa. Brasília: Ed. UnB, 1963.

_____. *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Vol. 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. Campinas, (22), p. 201-246, 2004.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, n. 16, p. 25-38, Fev./1998.

MACEDO, Concessa Vaz de. Da lavagem de roupa às branquearias comerciais: sobre o papel das lavadeiras na Escócia setecentista. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 16, p. 59-74, fev./1998.

MAIA, Clarissa Nunes. O criado de servir: a regulamentação do serviço doméstico no Recife. *Caderno de História*. Natal: EDUFRN, v.1, n. 1 (jan./dez. 1999).

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MATTOS, H. M. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MILANICH, Nara. *Los hijos de la Providencia: El abandono como circulación en el Chile decimonónico*. New Haven: Universidad de Yale, 2001.

NASCIMENTO, Alcileide. A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura. NASCIMENTO, Alcileide & GRILLO, Maria Ângela (org.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 185-198.

NUNES NETO, Antonio Pessoa. Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n. 61, p. 221-240, Jul. 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês C. de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio/Brasília: CNPq, 1988.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. *Cadernos Pagu*. Campinas, (25), p. 25-54, jul./dez. 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. 3. ed. Recife: SOS Corpo, 1996.

SILVA, Adriana M. P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Maciel H. C. da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUTO MAIOR, Mário e DANTAS SILVA, Leonardo (org.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; PCR, Secretaria de Educação e Cultura, 1992.

VASCONCELOS, Maria Emília. Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco Imperial (1860-1888). MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emília (org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 85-98.

ZANCHETI, Sílvio. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo.